

PRIMEIRA REUNIÃO MINISTERIAL DO "CAMINHO CONJUNTO ANGOLA- UNIÃO EUROPEIA"



BRUXELAS 17 OUTUBRO 2014

Comunicado de imprensa conjunto

Com vista a reforçar e aprofundar a cooperação entre a República de Angola e a União Europeia, decorreu em Bruxelas a primeira reunião ministerial no dia 17 de Outubro de 2014. O encontro foi realizado no âmbito do documento Caminho Conjunto EU-Angola, que se pretende venha a ser a base de um processo permanente e inclusivo de diálogo e cooperação a vários níveis e em áreas diversificadas. A ambição é expandir progressivamente essas áreas de forma a tornar o processo tão abrangente quanto possível. O processo é baseado no reconhecimento de interesses comuns e na procura das formas mais eficazes para se atingirem os melhores resultados com vantagens recíprocas para as Partes.

A reunião ministerial entre Angola e a União Europeia (UE) foi Co-presidida por S. Exa. Georges Rebelo Chicoty, Ministro das Relações Exteriores da República de Angola, S. Exa. Job Graça, Ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial da República de Angola, e S. Exa. Lapo Pistelli, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da República da Itália, representando a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, e S. Exa. o Comissário para o Desenvolvimento, Andris Piebalgs.

As Partes reafirmaram o seu compromisso conjunto para a intensificação do diálogo político e de cooperação acordado no Caminho Conjunto Angola-UE e discutiram, nomeadamente, as questões abaixo indicadas, como formas de desenvolver sociedades prósperas e fortes.

As Partes reafirmaram o seu apoio à Estratégia Conjunta África-UE, que constitui o quadro político global para as relações entre os dois continentes, e saudaram o resultado positivo da recente Cimeira UE-África (Bruxelas, 2-3 de Abril de 2014).

PAZ E SEGURANÇA

Enquanto importantes actores no apoio à paz e a segurança em África e no mundo, as partes comprometeram-se em trabalhar cada vez mais juntas e reafirmaram o seu compromisso com a paz e a segurança em conformidade com os objectivos e os princípios da Carta das Nações Unidas, tendo considera-

do que a presença angolana no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2015/16 reveste-se de uma dimensão significativa na busca de soluções para resolução de conflitos. Neste sentido a UE apoia a Presidência de Angola na Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos e a Vice-presidência e futura Presidência do Processo Kimberly.

Sobre a República Democrática do Congo, os dois lados manifestaram apoio à implementação dos compromissos assumidos no Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação (QPSC) e concordaram na necessidade urgente de terminar as actividades de grupos armados na RDC, em particular o FDLR.

Foi reiterada a necessidade de estimular o desenvolvimento do sector privado na região e uma maior integração económica regional.

As duas partes abordaram a situação na República Centro Africana e reafirmam a importância da comunidade internacional, incluindo a UE e a ONU, trabalhando em conjunto com países vizinhos e organizações regionais, para restaurar um ambiente político e de segurança pacífico no país. Reforçaram a mensagem para todas as partes de que só diálogo, e não a violência, pode trazer uma solução para os problemas políticos do país.

Ambas as partes confirmaram a importância de promover a segurança marítima no Golfo da Guiné, tendo a UE oferecido apoio para as conclusões da Cimeira do Yaoundé de Junho 2013 e saudado a organização de uma Conferência em Luanda, em 2015, sobre segurança marítima e energética no Golfo de Guiné.

As Partes concordaram em trabalhar para atingir os objectivos comuns nestes contextos e manterem trocas de informações regulares sobre questões de paz e segurança, incluindo no âmbito do diálogo político (artigo 8 de Cotonou) em Luanda, pelo menos uma vez por ano. As partes sublinharam a importância e os benefícios de consultas adicionais sobre Paz e segurança e a procurarem sinergias quando possível.

GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

As Partes abordaram as questões relacionadas com a boa governação, democracia e direitos humanos e reafirmaram o seu compromisso relativamente ao processo de Revisão Periódica Universal. A próxima revisão prevista para Angola, em Novembro, irá avaliar o progresso face às recomendações específicas.

A UE congratulou Angola pela realização do primeiro censo populacional, cujos resultados permitem orientar políticas de desenvolvimento sustentável, e encorajou o Governo a prosseguir as reformas do sistema judicial com o objectivo de consolidar o Estado de direito e a boa governação.

As Partes concordaram em trocar informações sobre Boa Governação e Direitos Humanos no âmbito do diálogo político ao abrigo do artigo 8 do Acordo de Cotonou, em Luanda, pelo menos uma vez por ano.

MIGRAÇÃO

Recordando a Declaração da Cimeira UE-África sobre migração, e reconhecendo que enfrentam desafios semelhantes neste domínio, ambas as partes concordaram com a necessidade de manterem uma estreita colaboração nesta área.

As Partes destacaram a sua satisfação relativamente à colaboração de Angola com o Frontex, nomeadamente a participação de Angola no *Africa Frontex Intelligence Community* e o convite para participar na Conferência Internacional de Polícias de Fronteiras (Varsóvia, 22-23 de Outubro). O interesse de Angola no projeto Seaport Cooperation (SEACOP), destinado a combater o crime organizado transnacional e o tráfico ilícito por via marítima, foi também bem acolhido.

As partes destacaram que a sua cooperação nesta área vai continuar, com os objectivos de combater as migrações e tráficos irregulares, bem como de melhorar os mecanismos para permitir migração legal adequada e a mobilidade, e apoiaram a melhoria da participação de Angola no novo ciclo do programa MIEUX.

CRESCIMENTO ECONÓMICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A UE apoia o objectivo de Angola de diversificar a sua economia com o fim de criar e assegurar o desenvolvimento sustentável.

As partes destacaram ainda a importância de expandir as relações económicas entre Angola e a União Europeia e as oportunidades para o crescimento recíproco do comércio e do investimento. As Partes concordaram que a diversificação económica é uma componente importante para assegurar o crescimento sustentado da economia Angolana.

Angola apresentou de forma concisa os principais aspectos do Plano Nacional de Desenvolvimento e as recentes medidas para promover o crescimento e diversificação da economia e o investimento estrangeiro. A UE mencionou o seu apoio ao Plano Nacional de Desenvolvimento através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), especialmente o foco do 11º FED para Angola em áreas chave do PND como a agricultura sustentável, água, saneamento e a formação profissional. Realçou também a disponibilidade do Banco Europeu de Investimento para analisar oportunidades de financiamento em projectos de desenvolvimento de infraestruturas.

As partes salientaram também a importância do investimento doméstico e estrangeiro para sustentar o crescimento económico e discutiram como promover os fluxos bilaterais de comércio e investimento e desenvolver um melhor ambiente de negócios.

As partes saudaram a recente conclusão das negociações para um Acordo de Parceria Económica (APE) com a região da África Austral e a EU encorajou Angola a aderir a este acordo, a fim de garantir uma perspectiva de longo prazo de acesso isento de direitos e de quotas ao mercado de bens da UE.

ENERGIA

Reconhecendo a importância do sector de energia, nomeadamente energias renováveis, as Partes expressam o seu compromisso de trabalhar em conjunto para aumentar o acesso à energia eléctrica em áreas rurais, contribuindo para assegurar que os benefícios dos recursos energéticos cheguem às comunidades locais e aos cidadãos.

As Partes concordaram em particular sobre a importância da boa governação e da responsabilidade social das empresas para assegurar o crescimento sustentável, o desenvolvimento e prosperidade.

As Partes reconheceram a necessidade de reforçar o diálogo entre o Ministério da Energia e Águas (MI-NEA) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) no sentido de analisar formas de financiamento complementares adequadas às necessidades do programa de investimentos do sector.

As Partes concordaram em manter dialogo e encontros regulares a nível técnico e organizar reuniões especializadas, com vista a disponibilizar assistência técnica de curto prazo por parte da União Europeia, abrindo caminho para acções mais abrangentes, nomeadamente na área da formação, capacitação na área de regulamentação promovendo actividades do sector privado, em particular no meio rural.

INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

Em matéria de investigação e inovação as partes, reconhecendo o papel essencial da ciência, tecnologia e inovação para a transformação socioeconómica, a redução da pobreza e o crescimento sustentável, concordaram em desenvolver actividades que visam a capacitação e formação de recursos humanos, promover a mobilidade de cientistas e investigadores e o acesso ao conhecimento nas diferentes áreas do saber.

As partes reconhecem a necessidade de trabalharem na capacitação institucional em acreditação, avaliação e licenciamento das instituições de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação bem como em matéria de transferência de tecnologias em Angola.

As Partes concordaram em fortalecer a cooperação entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e os serviços da União Europeia com vista a promoção da troca de conhecimento, partilha de boas práticas e o acesso às redes de investigação e projectos nesta área.

A União Europeia e Angola reconhecem a importância da divulgação dos de eventos científicos de interesse mútuo.

As partes reconheceram a importância da nomeação, do Ponto de Contacto Nacional para a Ciência e Tecnologia para a União Europeia, com vista a participação efectiva de Angola nos programas, projectos e actividades de investigação e inovação.

As partes sublinharam a sua satisfação com o resultado do workshop conjunto denominado "Programa Horizonte 2020: Cooperação em Investigação e Inovação entre Angola e a União Europeia" realizado nos dias 13 e 14 de Outubro do corrente, em Luanda. Este Workshop constituiu uma importante contribuição para o intercâmbio de actividades de divulgação da cultura científica e tecnológica e para a promoção das oportunidades de participação no referido programa.

A UE e Angola concordaram no reforço da cooperação em ciência, investigação e inovação através do Diálogo Político de Alto Nível UE-África e através de iniciativas existentes tais como o modelo ERA-ÁFRICA, CAAST-NET PLUS, assim como futuras iniciativas.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

As Partes reconheceram que a UE tem sido um parceiro estratégico do continente Africano no diálogo internacional sobre as Alterações Climáticas e que a República de Angola tem participado nos mais importantes diálogos promovidos nesta matéria.

Manifestaram igualmente o seu interesse em intensificar o diálogo bilateral nestas áreas com vista, em particular, a aproximar as suas posições em matérias de interesse global.

As Partes concordaram em proceder a uma identificação exaustiva de programas da União Europeia que permitam facilitar e apoiar estes diálogos.

A UE expressou a sua disponibilidade para apoiar Angola na elaboração do seu Plano Nacional de Emissões, designadamente através da intensificação da troca de experiências, incluindo o acolhimento de missões técnicas Angolanas.

A União Europeia, através do Centro de Investigação Conjunta (JRC), manifestou interesse em manter contactos com o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) de Angola, abrindo caminho para uma cooperação aprofundada em monitorização de culturas, inundações e secas, e em sistemas de alerta rápida de cheias. Sob esta esta colaboração de interesse mútuo, o JRC poderia trabalhar conjuntamente com o INAMET na partilha de conhecimentos e saber-fazer, em produtos meteorológicos e de controlo remoto.

PRÓXIMAS REUNIÕES

As partes acordaram que serão realizadas reuniões intercalares entre esta primeira reunião Ministerial e a próxima, que terá lugar em Luanda durante o segundo semestre de 2015 e incluirá grupos técnicos para cada área temática. As reuniões devem analisar formas de apoio a outros sectores ainda não considerados, mas identificados pelo Governo de Angola como sendo áreas de interesse mútuo no âmbito dos grandes temas definidos no Caminho Conjunto.

As Partes recomendam que os Altos Funcionários envolvidos neste processo, proponham meios adequados para assegurar uma avaliação regular dos progressos feitos no quadro do Caminho Conjunto, incluindo através da ajuda ao Desenvolvimento no âmbito do 11 FED ou através de outras cações de cooperação internacional.

Bruxelas, 17 de outubro de 2014